

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMIENTO N° _____, de 2019.

(Do Sr. Gastão Vieira)

Requer a realização de Seminário da Comissão de Educação com o intuito de estimular o debate prévio à discussão da Emenda Constitucional do FUNDEB.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 24, XIII, e no art. 32, IX, a realização de um Seminário sobre O Futuro do Financiamento da Educação, conforme proposta detalhada abaixo, com o intuito de dar continuidade e aprofundar o debate em seminário realizado em 25 de março deste ano.

O primeiro seminário proporcionou uma visão histórica e panorâmica do financiamento da educação básica e trouxe evidências a respeito do impacto do FUNDEB nas dimensões de qualidade, equidade e eficiência. Conforme documentos apresentados, o FUNDEB teve impacto na redução das desigualdades de financiamento entre municípios, embora as desigualdades ainda permaneçam grandes tanto entre municípios quando entre estados. De acordo com as evidências apresentadas, o Fundo não teve efeito mensurável na promoção da eficiência ou da qualidade.

Os debates levantaram algumas informações e temas relevantes que serão o objeto do segundo Seminário ora proposto. Neste próximo evento pretendemos debater, em primeiro lugar, os argumentos em favor e contra a ideia de vinculação de recursos. Embora haja pouca chance de desvincular os recursos da educação, existe uma ideia geral do governo de que esta deve ser a direção a ser tomada no futuro, portanto, merece ser examinada. Esse

exame poderá, inclusive, sugerir elementos para fortalecer a defesa da vinculação. Um segundo aspecto refere-se à ideia de uma legislação definitiva ou provisória. O FUNDEF e posteriormente o FUNDEB foi criado como Medida Provisória, e cabe examinar as razões originais e se há razões para transformá-lo numa legislação permanente, bem como as implicações de uma eventual vinculação permanente face a possíveis mudanças nas regras tributárias e fiscais que regem o pacto federativo. Nesse contexto o Seminário também deverá analisar a questão do alcance do FUNDEB na distribuição dos recursos e explorar hipóteses como a de um único fundo (ao invés de Fundos Estaduais independentes). Essa discussão, portanto, deverá lançar luz à questão da limitação atual do FUNDEB na redução de desigualdades no financiamento da educação.

Um segundo conjunto de questões tratará dos dois aspectos negligenciados na atual estrutura do FUNDEB – a questão da qualidade e da eficiência. Estudos citados no 1º seminário sugerem que há enormes ineficiências geradas pelo FUNDEB, bem como limitações de natureza legal e regulamentar que concorrem para a ineficiência. O Seminário também apontou que as medidas associadas ao FUNDEB, inclusive o uso de recursos pelo governo federal, não contribuíram para estimular a qualidade. O Seminário irá examinar entraves existentes na atual legislação bem como outras propostas – associadas ou não ao FUNDEB – que estimulem a melhoria da qualidade e da eficiência.

Da mesma forma que ocorreu no seminário anterior, além da apresentação oral os participantes deverão apresentar seus dados e argumentos também em um artigo escrito – e esses serão objeto de publicação desta Casa, de maneira a contribuir para fazer ressoar o debate em todo o país. O formato também será diferente, de maneira a propiciar um aprofundamento das ideias apresentadas em cada apresentação. Isso, por sua vez, exigirá um tempo maior, por isso estou sugerindo que o seminário seja realizado ao longo de um dia inteiro, das 9 às 17:30 horas.

Permito-me sugerir o roteiro em anexo para a condução do seminário. Sugiro como data o dia 20 de agosto, no horário de 9 às 12 horas. . Oportunamente enviarei sugestão de nomes dos palestrantes.

JUSTIFICATIVA

O financiamento da educação básica precisará ser redefinido até o próximo ano em função do término da vigência da legislação que rege o FUNDEB. Essa redefinição surge no contexto em que muitas predições e planos não se realizaram – notadamente o PNE- Plano Nacional de Educação. Várias mudanças ocorreram na legislação e, sobretudo, na situação fiscal do país. A demografia mudou de perfil e ainda trará mudanças significativas nos próximos anos. O governo coloca em pauta a discussão do pacto federativo. O próprio Congresso Nacional, em decisão recente, reforça os gastos obrigatórios, ao passo que o Governo Federal anuncia políticas de fortalecimento dos estados e municípios e maior flexibilidade nos gastos.

Nesses últimos vinte anos consolidou-se no Brasil uma capacidade notável da comunidade científica em produzir estudos e documentos que podem contribuir para aumentar a racionalidade na formulação de políticas. Ao mesmo tempo são crescentes os estudos e avaliações que permitem utilizar evidências científicas para avaliar o impacto de políticas e reter e estimular as que produzem mais resultados. Também são crescentes os anseios da sociedade para explicitar os beneficiários das várias políticas – bom para quem? Eficaz para quem? Quem ganha e quem perde?

Diferentemente do passado, quando foram elaboradas as legislações que hoje tratam do assunto, dispomos de um conjunto razoável de conhecimentos que nos permitem legislar de maneira mais prudente, sábia e, sobretudo, de maneira mais responsável e mais justa. O presente seminário tem como objetivo fornecer aos membros desta Casa, notadamente aos membros da Comissão de Educação, subsídios qualificados para servir de base ao amplo e necessário debate em torno de um tema tão crucial para o futuro da educação no país. Também serve de base para inaugurar um novo formato de discussão mais aprofundada na qual, além do espaço para o contraditório, abrimos espaço para o exame

objetivo das evidências e dos resultados das políticas que são formuladas e aprovadas nesta Casa.

Sala das Sessões, em de de 2019.

Deputado GASTÃO VIEIRA
PROS / MA

ANEXO

Seminário O Futuro do Financiamento da Educação Básica

Título do Seminário: O FUTURO DO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

Data: 20.08.2019

Horário: 09 às 12hs

Local: Plenário 10

Programação / Roteiro:

9:00 horas - Abertura – Deputado Gastão Vieira

Mesa 1 -

9:10-10:20 – **Vinculação de recursos para educação** - Dr. Kleber Pacheco de Castro, JRRA – consultoria.

- (1) Vantagens e inconvenientes
- (2) Se houver FUNDEB, deve ser permanente ou provisório
- (3) Novo pacto fiscal e federativo

Mesa 2 -

10:20-11:30 – **Mecanismos de financiamento para estimular a eficiência e qualidade** - Dr. Daniel Santos/Dr. Luis Guilherme Scorzafave – Universidade de São Paulo/Ribeirão Preto.

Mesa 3 -

11:30-12:00 - **O futuro do financiamento da educação: ampliando os horizontes** - Dr. João Batista Araujo e Oliveira – Instituto Alfa e Beto

12:00 – Encerramento – Deputado Gastão Vieira

Contato dos Participantes

Kleber Pacheco de Castro
kleberpcastro@gmail.com
telefone: (21) 21 99285-7626
Rio de Janeiro

Daniel Santos/Luis Guilherme Scorzafave
ddsantos@fearp.usp.br
Telefones (16) 9 97 11 9001 ou 36 02 49 75
Ribeirão Preto

João Batista Araujo e Oliveira
jmeduc@gmail.com
(21) 25 21 84 11 (61) 9 81 56 97 47
Rio de Janeiro